



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

LAÍSSA KELLY BARROS GOMES

**CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA**

**CAMPINA GRANDE
2021**

LAÍSSA KELLY BARROS GOMES

**CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso Serviço Social
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título
de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^ª. M^ª. Alcione Ferreira da Silva

**CAMPINA GRANDE
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633c Gomes, Laissa Kelly Barros.
Contribuições do Serviço social para a educação escolar
Quilombola [manuscrito] / Laissa Kelly Barros Gomes. - 2021.
32 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2021.

"Orientação : Profa. Ma. Alcione Ferreira da Silva ,
Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA."

1. Comunidades Quilombolas. 2. Educação. 3. Serviço Social. I. Título

21. ed. CDD 361

LAÍSSA KELLY BARROS GOMES

CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso Serviço Social
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título
de bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 02/06/2021.

BANCA EXAMINADORA

Alcione Ferreira da Silva

Prof^ª. Ma. Alcione Ferreira da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Patrícia Crispim Moreira

Prof^ª. Ma. Patrícia Crispim Moreira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Mônica Barros da Nóbrega

Prof^ª. Dra. Mônica Barros da Nóbrega
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha querida avó Bernadete, que com tanto zelo e dedicação sempre cuidou de mim, DEDICO.

“Existe uma história do negro sem o Brasil. O que não existe é uma história do Brasil sem o negro.”

(Garcia; Januário, 2019)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A DIMENSÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO	10
2.1	A dimensão social da Educação na lógica do capital	10
2.2	A dimensão social da Educação no Brasil: Breve histórico	11
2.3	Dimensão social da educação: a negação do direito face à reiteração do racismo	14
3	HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA	16
3.1	Quilombos: luta e resistência	16
3.2	Ressemantização das Comunidades Quilombolas	18
3.3	Direito à Educação Escolar nas Comunidades Quilombolas	19
4	SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	20
4.1	Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação	21
4.2	Contribuições do Serviço Social para a Educação Escolar Quilombola	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
	REFERÊNCIAS	27

CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

CONTRIBUTIONS OF SOCIAL SERVICE TO QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION

GOMES, Laíssa Kelly Barros*

RESUMO

As comunidades quilombolas são uma das formas de resistência e de luta negra no Brasil, historicamente ergueram inúmeras lutas por garantias de políticas sociais em suas comunidades, incluindo a luta pela garantia de direito a uma educação escolar de qualidade, que preserve sua cultura, respeite seus aspectos históricos e seja ofertada em suas próprias comunidades. Diante da necessidade de conhecimento e de fortalecimento da garantia do direito a Educação Escolar Quilombola apresentamos um debate sobre esse tema, objetivando construir e apresentar possíveis contribuições da atuação do/a Assistente Social para a execução da Educação Escolar Quilombola. A proposta deste trabalho se justifica, no âmbito do Serviço Social, por inserir com pioneirismo o tema da educação escolar quilombola no amplo debate já existente acerca da atuação do assistente social na educação básica, a fim de possibilitar uma compreensão que possa subsidiar o planejamento e implementação de ações direcionadas a contribuir com a materialização da Educação Escolar Quilombola. Analisamos como, através de seus conhecimentos, instrumentos e técnicas, os(as) assistentes sociais podem colaborar na efetivação da educação escolar como um direito social que atenda as especificidades das comunidades quilombolas. Para fundamentação teórico-metodológica foi realizada uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e documental, sob a perspectiva crítico dialética. No que tange aos resultados, observamos a importância da presença do Serviço Social no espaço educacional quilombola, pois suas ações interventivas ampliam a viabilização da proteção social e fortalece a defesa de uma educação pública de qualidade. Ademais, é necessário que a consolidação da Educação Escolar Quilombola seja constantemente discutida e reivindicada entre todos os movimentos sociais e categorias profissionais que podem se somar ao movimento de luta para que este direito seja executado.

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas. Educação. Serviço Social.

ABSTRACT

Quilombola communities are one of the forms of resistance and black fight in Brazil, historically they have raised numerous campaigns for guarantees of social policies in their communities, including the fight to guarantee the right to a school education of quality, that preserves its culture, respects its historical aspects and is offered in their own communities. Given the need for knowledge and strengthening the guarantee of the right to Quilombo School Education, we present a debate on this topic, aiming to build and present possible contributions of the Social Worker's performance for the

* Aluna de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. E-mail: barros_gomes.lk@gmail.com

execution of Quilombola School Education. The proposal of this work is justified, in the scope of Social Work, for inserting with a pioneering spirit the theme of Quilombola School Education in the broad debate, that already exists, about the role of the social worker in basic education, to enable an understanding that can support the planning and implementation of specific actions to contribute to the materialization of Quilombola School Education. We analyze how, through their knowledge, instruments and techniques, social workers can collaborate in the effectuation of school education as a social right that meets the specificities of quilombola communities. For theoretical-methodological grounding, a bibliographical research was carried out with a qualitative and documental approach, under a critical dialectical perspective. Regarding the results, we observe the importance of the presence of Social Work in the quilombola educational space, as its intervention actions expand the viabilization of social protection and strengthen the defense of quality public education. Furthermore, it is necessary that the consolidation of Quilombola School Education to be constantly discussed and claimed among all social movements and professional categories that can join the struggle movement for this right to be executed.

Keywords: Quilombola Communities. Education. Social Service.

1 INTRODUÇÃO

Nos primeiros cem anos da República, da abolição até a constituição de 1988, observa-se no cenário brasileiro uma ausência de legislações sobre os Quilombos, ou seja, temos um silenciamento estatal que demonstra o desinteresse em reconhecer esse grupo como sujeitos de direito. Todavia, nesse mesmo cenário, os movimentos sociais pressionavam o Estado para o reconhecimento de direitos às comunidades quilombolas, de modo que contemplasse as suas especificidades. Foi, em grande medida, através das históricas reivindicações do movimento social negro do país, que o reconhecimento de direitos dessas comunidades começou a ser respondido via políticas públicas, direitos dentre os quais destacamos a Educação Escolar Quilombola.

Nesse sentido, a Educação Escolar Quilombola compreende a educação praticada nas escolas instituídas nas Comunidades Quilombolas e nas escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas, cuja proposta pedagógica deve se fundamentar em uma educação de qualidade, que preserve sua cultura, que respeite seus aspectos históricos e para que, através dessa educação, possam perpetuar suas tradições, ideais e valores.

Diante da necessidade de conhecimento e de fortalecimento da garantia do direito a Educação Escolar Quilombola, a proposta deste trabalho se justifica no âmbito do Serviço Social por inserir, provavelmente com pioneirismo, o tema da educação escolar quilombola no amplo debate já existente acerca da atuação do assistente social na educação básica, pois as análises e reflexões expostas visam contribuir para o conhecimento mais profundo e específico da temática em questão, buscando minimizar a lacuna sobre o tema no Serviço Social, além de possibilitar o fortalecimento de um conhecimento que pode subsidiar o planejamento e implementação de ações sociais direcionadas à materialização da Educação Quilombola. Como também possui grande relevância social, pois é preciso que toda a sociedade reconheça a necessidade das comunidades quilombolas terem seus direitos e condições de exercício da cidadania efetivados, reiterando as exigências, principalmente ao Poder Público, na efetivação de Leis, políticas públicas e programas referentes a esses sujeitos.

Nessa perspectiva, os objetivos deste trabalho consistem em debater a função social da educação na sociabilidade capitalista; compreender o processo histórico de luta das comunidades quilombolas pelo direito a uma educação que respeite suas especificidades, dando voz aos seus saberes e à sua cultura tradicional, e apresentar possíveis contribuições do Serviço Social para a materialização do direito da Educação Escolar Quilombola.

No que se refere à metodologia, consiste em uma pesquisa bibliográfica qualitativa e documental e com abordagem qualitativa que, conforme Minayo (2001), procura desvelar processos sociais que ainda são pouco conhecidos e que pertencem a grupos particulares, sendo seu objetivo e indicação final proporcionar a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referentes ao fenômeno estudado.

Quanto à finalidade, realizamos uma pesquisa básica com centralidade na ampliação de conhecimento e análise da problemática apresentada. Em relação aos objetivos, propomos uma pesquisa explicativa, pois possui como objetivo central identificar os fatores que determinam ou contribuem para ocorrência dos fenômenos na problemática pesquisada (GIL, 2002).

O método de pesquisa utilizado foi o crítico dialético, partindo da compreensão da realidade como totalidade, tendo em vista, que a realidade, como um todo estruturado, nada pode ser compreendida isoladamente. Conforme afirma Ivo Tonet (2013), que totalidade, na perspectiva marxiana, expressa o fato de que a realidade social é um conjunto articulado de partes. Cada uma dessas partes é, em si mesma, uma totalidade, de maior ou menor complexidade, mas jamais absolutamente simples. Expressa ainda o fato de que esse conjunto é permeado por contradições e por mediações, que resultam no dinamismo próprio de todos os fenômenos sociais e na específica concretude de cada um deles.

O referencial teórico utilizado na revisão bibliográfica foi fundamentado em três eixos: para o eixo Educação, utilizamos como principais autores Mészáros (2008), Tonet (2016), Ribeiro (1992), Romanelli (2006); no eixo da historicidade da população negra no sistema educacional brasileiro, até a sistemática sobre o conceito de comunidade quilombola e a luta pela efetivação de uma política de educação que contemple as suas especificidades, recebemos contribuições de Passos (2010), Arantes (2016), Albuquerque (2020), Silva (2020), Sobrinho (2020), Moura (1993), Gomes (2015), Monteiro e Volsi (2018); e para o eixo referente à atuação Serviço Social, utilizamos contribuições de Boschetti (2017), CFESS (2001), CFESS (2011), PIANA (2009).

Para facilitar a compreensão dos leitores e contribuir com futuras pesquisas, estruturamos este estudo em três tópicos, o primeiro intitulado “A dimensão social da educação, o segundo denominado “A historicidade da educação escolar quilombola” e o terceiro e último tópico tem como título “O Serviço Social na educação”.

No primeiro tópico, analisamos a dimensão social da educação subordinada à ordem societária capitalista, no qual enfatizamos o quanto esse modelo societário utiliza a educação como mecanismo para legitimar, naturalizar e reproduzir os seus interesses dominantes. Assim como trataremos um breve histórico da dimensão social da educação institucionalizada do Brasil, para darmos ênfase que, desde sua formação no período colonial, até o sistema capitalista atual, o sistema educacional brasileiro foi regido pela elite branca do país, enquanto aos demais grupos da sociedade se objetivou um lugar educacional que apenas visava acentuar seu grau de desigualdade, exclusão social e exploração de sua força de trabalho. Nesse processo, destacamos o quanto o marcador racial é estruturante da educação no Brasil e como essa problemática reforça a exclusão social, as desigualdades e a reiteração do racismo para a população negra.

O segundo tópico se centra na discussão sobre a historicidade da educação quilombola, primeiramente trazendo análises de como foram formados os quilombos, desde o período escravocrata até a ressemantização das comunidades quilombolas, para posteriormente analisarmos como se deu o processo de lutas reivindicatórias por direitos, a conquista de políticas públicas e legislações específicas e um aparato legal que permite estabelecer o direito à educação escolar em suas comunidades.

No terceiro tópico, debatemos inicialmente o papel do Serviço Social no campo da educação, as possibilidades de intervenção e a importância da atuação dos(as) Assistentes Sociais nessa política pública, mediante a direção teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da profissão, expressas no último Projeto Ético Político e Código de Ética profissional de 1993, como fundamento para apresentarmos reflexões a respeito de quais contribuições que o Serviço Social, através de seus conhecimentos, instrumentos e técnicas específicas, podem oferecer para a materialização da Educação Escolar Quilombola.

O interesse pelo tema se deu pela ligação pessoal com a Comunidade Quilombola de Santa Rosa, localizada na Cidade de Boa Vista-PB, na qual resido desde que nasci, resultando na aproximação e contato com os Quilombolas desta comunidade nos variados espaços do município. Diante dessa aproximação, surgiu a intenção de conhecer melhor problemáticas referentes a essa Comunidade, quando no ano de 2019, a partir da disciplina Oficina de Projeto de Pesquisa, foi desenvolvido um projeto de pesquisa relacionado à temática discutida nesse trabalho.

2 A DIMENSÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO

O modo de produção capitalista possui como característica fundante e essencial para seu desenvolvimento a acumulação de riquezas via exploração do proletariado. Nesse sentido, o processo de trabalho foi sendo organizado e submetido de forma a incrementar a produtividade, a redução de custos e a consolidação do regime de acumulação do capital. Como respaldo para o fortalecimento de sua reprodução, o modo de produção capitalista garante o controle e a manutenção das relações sociais através de um conjunto de dimensões sociais que asseguram sua continuidade na sociedade, entre elas está a dimensão social da educação (MÉSZAROS, 2008).

Nessa perspectiva, inicialmente trazemos reflexões sobre a educação enquanto dimensão da vida social subordinada à dinâmica capitalista, na qual compreendemos que sua função essencial é a preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho, cabendo nesse aspecto destacar a análise Marxiana que enfatiza o trabalho enquanto atividade fundante do ser social, pois é através dele que nos distinguimos dos demais seres naturais e, nesse sentido, enquanto totalidade histórica, o trabalho possui a centralidade na construção da dinâmica da vida social (TONET, 2016).

Posteriormente, abordaremos como se deu o processo histórico de construção da dimensão social da educação no Brasil, desde a sua gênese no período Colonial, até sua fase atual no sistema Capitalista, enfatizaremos o quanto esse processo ocorreu de forma desigual entre as classes sociais, principalmente entre a população negra, reforçando a exclusão social, o racismo e a discriminação sofrida historicamente por essa população no país.

2.1 A dimensão social da Educação na lógica do capital

Refletindo sobre a ligação entre a Educação e a lógica capitalista de reprodução social, Mézaros (2008) enfatiza que a educação, sob este modelo societário, é capturada como um mecanismo de “interiorização” das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria para manter suas bases lucrativas cada vez mais fortes, fazendo com que as pessoas sejam induzidas a aceitar, naturalizar e reproduzir as bases da sociedade vigente. Assim, o sistema educacional está estritamente ligado aos processos de reprodução social, objetivando repassar valores que os legitimam e dão continuidade aos incontestáveis determinantes estruturais impostos pelos interesses dominantes do capitalismo.

Para Tonet (2016), a relação de exploração, de compra e venda da força de trabalho é princípio fundante da dominação capitalista, resultando na produção da desigualdade social, ao passo que separa os indivíduos em classes, em favor de

que toda riqueza produzida seja administrada apenas por uma pequena parcela da população. O autor ressalta que nesse processo, a educação é um poderoso instrumento para a formação dos indivíduos, como também serve de instrumento ideológico de controle do capital sobre a reprodução social, pois as dimensões sociais regidas pela dependência e autocontrole da ordem societária capitalista, impõem à dimensão social da educação um caráter mercantil com o intuito de adequar os indivíduos para a reprodução direta do capital.

Mediante o exposto, compreende-se que a ordem societária capitalista coordena toda esfera econômica, política e social por intermédio de um processo de alienação através dos seus meios de reprodução, que são incorporados na contradição entre capital e trabalho, resultando nas desigualdades entre as classes sociais. Muito embora, a fim de minimizar os efeitos destas desigualdades, surgem os direitos políticos, civis e sociais, conquistados através de duras lutas atreladas aos movimentos sociais, e não como meras concessões da classe burguesa dominante. Os referidos direitos, ao serem capturados pela sociabilidade capitalista, tendem a estar alinhados com os interesses de controle social do capital, todavia, permanecem como espaços de disputa por diferentes projetos societários.

Assim, a educação institucionalizada nos últimos cem anos, mesmo sendo reconhecida como direito de todos, possui função social marcada por contradições, projetos e lutas societárias inteiramente ligadas em sua relação com o trabalho, contradições que não se esgotam nas instituições educacionais, mas perpassam todo o contexto social em que vivem os indivíduos.

2.2 A dimensão social da Educação no Brasil: Breve histórico

Partindo de uma análise da totalidade histórica de formação do Brasil, compreendemos que, desde a sua gênese, o país foi regido sob bases, conceitos e ideologias de uma determinada classe dominante, principalmente por meio da dominação capitalista externa. Diante disso, essa condição de dependência da classe dominante interna aos interesses externos impactou diretamente na formação do sistema educacional brasileiro, conseqüentemente, resultou em um processo de separação e exclusão que pôs, por muito tempo, grande massa da população fora do processo educacional. Como afirma Ribeiro (1992), a organização escolar brasileira possui uma contradição interna entre os seus elementos mediadores, devido ao fato do Brasil, desde a sua origem, estar vinculado com sistema econômico, político e social capitalista mundial. Assim, observaremos, a partir de alguns momentos centrais apresentados posteriormente, o quanto o referido impacto pode ser vislumbrado na historicização da educação nacional.

Em 1549, no Brasil-colônia, com a chegada dos jesuítas, surge a primeira instituição escolar. O primeiro plano educacional foi desenvolvido pelo padre Manoel da Nóbrega, com o objetivo de catequizar e instruir os nativos da terra ao aprendizado do português, à doutrina cristã, à escola de ler e escrever, canto orfeônico, música instrumental e gramática latina. A elite colonial era preparada para o trabalho intelectual de caráter religioso. A educação feminina era, exclusivamente, aprender boas maneiras e trabalhos domésticos. Constituído-se esse modelo educacional, estritamente vinculado à política colonizadora dos portugueses e ao catolicismo, sendo praticamente a única no país por cerca de 200 anos (RIBEIRO, 1992).

Posteriormente, ocorreu um descontentamento, tanto na metrópole quanto na colônia, em relação aos padres Jesuítas, devido à baixa produção de mineração e

os atritos entre os colonos e os religiosos, fatores que causaram a expulsão dos Jesuítas de Portugal e de suas colônias, ocasionando o fechando de todas as suas escolas. Após isso, em 1759, com a reforma pombalina, surgiu a primeira tentativa de formar uma escola pública sobre o domínio do Estado, visando educar para o interesse do país e não da ordem religiosa. Diante da mudança de interesse houve também mudança na estrutura do ensino, leigos passaram a ter acesso à educação, as disciplinas deixaram de ser unificadas e se tornaram isoladas, porém, a base de ensino não mudou, já que a maioria dos professores em exercício eram jesuítas (ROMANELLI, 2006).

Em 1808, com a vinda da família real para o Brasil, muitas mudanças aconteceram. A estrutura do ensino imperial dividiu a educação em três níveis: primário, secundário e superior; além disso, são criados novos cursos e novas escolas, como, por exemplo, o ensino técnico do Rio de Janeiro, a implantação da Academia de Belas Artes, a Academia da Marinha, a Academia Real Militar e a Escola Real de Ciências Artes e Ofícios. Na Bahia, foram criados cursos de Cirurgia, Economia, Agricultura, Química e Desenho Técnico (RIBEIRO, 1992).

Após a “Independência do Brasil”, com a Constituinte de 1823, passou-se a discutir políticas de educação pública e a criação de Universidades no Brasil. O resultado desse movimento veio na Lei de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação das Escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e vilarejos. Porém, com o Ato Adicional de 1834, houve a descentralização das responsabilidades educacionais do governo, que delegou às províncias legislar sobre a educação primária. Sistema esse que foi mantido, anos depois, pela República. Isso fez com que aumentassem as assimetrias educacionais nas mais diversas camadas sociais e regionais brasileiras. (ROMANELLI, 2006)

Em 1890, a Constituição da República foi marcada pela criação da Escola Primária e Secundária e foram criados os primeiros cursos superiores. A partir daí, surgiram mudanças nas instituições educacionais, como a descentralização do poder, a transformação do curso preparatório para o ensino superior e novas faculdades: a educação estava em um processo de autonomia. Em 1891 foi decretada a Reforma Benjamin Constant, tendo como principal função a garantia de liberdade e laicidade do ensino, a gratuidade da escola primária de acordo com a orientação do texto constitucional, consagrou o sistema dual de ensino em primário e secundário e oficializou a distância entre a educação da classe dominante. A esta, eram destinadas as escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores, e a educação da parcela do povo, que eram as escolas primária e escola profissional (ROMANELLI, 2006).

Após a Revolução de 30, consolidados a burguesia industrial e o proletariado, as lutas por melhoria no campo educacional foram favorecidas pelo fato do país se encontrar em momento de crescimento, necessitando de profissionais qualificados, o que exigia investimento na educação. Em 1932, um grupo de educadores conduziu o Manifesto dos Pioneiros, um documento muito importante com o objetivo de inovar o sistema educacional brasileiro, pois buscava uma escola pública, de ensino laico e gratuito, que garantisse a educação para todos, independente de classe ou gênero, defendendo que todos deveriam ter a mesma oportunidade de aprendizagem. No entanto, havia ainda um grupo de educadores tradicionais que se opunham às ideias de mudanças no sistema educacional, pois defendiam a aprendizagem subordinada à doutrina religiosa da Igreja Católica, uma educação diferenciada entre homens e mulheres, o ensino particular e a responsabilidade da família quanto à educação de seus filhos (RIBEIRO, 1992).

A Constituição de 1934 é a primeira a dedicar um capítulo à Educação e atribui à União a competência privativa de traçar as diretrizes educacionais do país. Criam-se os Conselhos Nacional e Estaduais de Educação, determina-se um mínimo de verbas a serem aplicadas para o ensino, reconhece a Educação como direito de todos, obrigatoriedade do ensino primário, assistência social e bolsas de estudo aos alunos. Mas, devido à falta de clareza e objetividade nessa Constituição trouxe muitos pontos contraditórios, abrindo margem para diversas interpretações, fazendo com que as diretrizes estabelecidas fiquem apenas no papel (RIBEIRO, 1992).

As Constituições posteriores continuaram a mostrar mínimos avanços, ao mesmo tempo que traziam retrocessos para o sistema educacional brasileiro, visto que acentuavam o recorte de classe e a disputa na responsabilização entre Estado, Igreja e sociedade. Entre 1937 e 1945, no chamado “Estado Novo”, o governo reestrutura o ensino comercial, que visava adequar os ensinos a áreas apenas estatísticas e econômicas. No ano de 1950, com a volta de Getúlio Vargas ao poder, o setor industrial estava em grande crescimento, com a necessidade cada vez maior de profissionais qualificados. O governo estrategicamente fortalece os cursos técnicos ao nível secundário, tornando, assim, maior a procura pelo ensino superior. Em 1961, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Já em 1964, o Golpe Militar causou grandes perdas na educação brasileira, período marcado por intervenção militar, pela burocratização do ensino público e por teorias e métodos pedagógicos que buscavam restringir a autonomia dos educadores e educandos (RIBEIRO, 1992).

Em 1985, com o fim da ditadura militar, começa uma Nova República, mas a ditadura havia deixado uma herança muito pesada, o país estava em crise política e econômica, não ocorrendo nenhum avanço no campo educacional. Apenas com a Constituição de 1988 se estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Criou-se também o Plano Nacional de Educação, que teve como objetivos principais: o aumento do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade de ensino, reduzindo a desigualdade social no que se refere ao acesso e permanência na escola pública, além da democratização do espaço escolar, com a participação dos professores e da comunidade na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Na atualidade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e Política Nacional de Educação de 2004 estruturam o sistema de ensino nacional, com princípios educativos específicos de acordo com os níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Técnico e Ensino Superior (ROMANELLI, 2006).

É importante pontuar que todo esse contexto histórico da Educação no Brasil é estabelecido pela lógica do sistema econômico, político e social que se desenvolveu desde o Brasil Colônia até sistema capitalista atual, nos quais a elite brasileira sempre deteve os espaços intelectuais, enquanto o restante da sociedade foi sempre colocada compulsoriamente em um lugar educacional que apenas visava reforçar seu grau de desigualdade, exclusão social e exploração de sua força de trabalho. Com isso, é necessário refletir a educação enquanto espaço permanente de conflitos de classes e ideologias, no qual, mesmo alcançando conquistas e avanços ao longo da história, não significa que temos o início de uma fase de conformismo, mas de reconfiguração das lutas.

Em contrapartida, a essa construção excludente do sistema educacional brasileiro, a somar com os retrocessos contemporâneos, destacamos a presença marcante de resistência do Historiador e Professor Paulo Freire, considerado Patrono da Educação brasileira. Destacou-se por seu trabalho na área da educação

popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência política. Suas obras influenciaram o movimento chamado de Pedagogia Crítica. Em uma das suas principais contribuições “Pedagogia do Oprimido”, Freire traz uma discussão sobre concepção bancária de educação, sendo utilizada apenas como instrumento de opressão, na qual o professor faz do aluno um mero depositário, considerado incapaz de produzir conhecimento, ignorando-o como um ser em formação contínua. Em contraposição, Freire enfatiza:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 1987, p.38).

À luz das discussões apresentadas por Freire (1987), podemos refletir sobre a condição de opressão educacional que foi imposta para a população negra brasileira, não tendo sua história respeitada, muitas vezes excluídos e/ou sem as mesmas oportunidades que a população branca, na medida que os anos letivos avançam, resultando em implicações que podem acompanhar essa população ao longo da vida. Nessa perspectiva, adiante abordaremos o quanto esse marcador racial é estruturante da educação no Brasil e como essa problemática reforça a exclusão social, as desigualdades e a reiteração do racismo para a população negra.

2.3 Dimensão social da educação: a negação do direito face à reiteração do racismo

A partir de todo o histórico de estruturação do sistema Educacional no Brasil, constatamos o incentivo aos padrões educativos voltados a atender os interesses das classes que detinham o poder de dominar o país, deixando a margem da exclusão e da negação do direito à educação uma outra determinada parcela da sociedade, principalmente a população negra, seja no contexto em que eram escravizados, ou pós regime escravocrata. O Decreto nº 1331, de 17 de fevereiro de 1854, já estabelecia que, nas escolas públicas do país, não seriam admitidos escravizados e que a instrução pública para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. Posteriormente, o Decreto nº 7031, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros homens somente poderiam estudar no período noturno. Resultando em desvantagens educacionais acumuladas, não sanadas após a abolição, fazendo com que estejam entre a categoria com maior taxa de analfabetismo do país (PASSOS, 2010).

Assim, apesar das poucas informações acerca da história de escolarização dos escravizados(as) e libertos(as), vemos através dos fragmentados registros o legado da interdição à educação a essa população e seus descendentes. Mesmo na nova ordem social republicano-capitalista, nos séculos XIX e XX eram naturalizadas concepções educacionais orientadas por ideologias discriminatórias, eugenistas, higienistas e etnocêntricas, que reforçavam a negação de condições objetivas e materiais para que a população negra conseguisse ter acesso a uma educação universal ou específica, resultando numa extrema desigualdade nos níveis de

escolarização entre brancos e negros no Brasil, que persiste até hoje (ARANTES, 2016).

Além disso, a maioria dos livros didáticos, ainda na atualidade, descrevem a imagem do negro como escravo marginalizado, inferiores e animais, sem terem o direito nem de se comunicar, aspectos que contribuem não só para menosprezar a importância dos negros(as) na formação histórica e social do país, como também reforça a visão estereotipada, racista e discriminatória, repassada ao longo da história na educação brasileira (ALBUQUERQUE, 2020).

Com isso, entendemos que, mesmo após a Abolição da Escravidão, a população negra continuou à margem da exclusão e discriminação social, conseqüentemente, a negação ao direito à educação permaneceu, pois, embora tivessem conquistado o status jurídico de “homens livres”, a Lei Abolicionista não lhes forneceu meios suficientes para tornar essa liberdade efetiva. Assim, essas disparidades sociais e educacionais constitutivas da sociedade brasileira, edificam-se em meio a relações étnico-raciais que segregam social e desqualificam educacionalmente os(as) negros(as), a fim de reforçar a imagem de que são inferiores, quando comparados à população branca (BRASIL, 2005).

Diante desta problemática, compreendemos que a exclusão social determinada historicamente à população negra no país perpassa todas as esferas políticas, econômicas e sociais, pois estão carregadas das marcas da exploração que perdurou por mais de trezentos anos, refletindo na inserção acentuada dessa população nos mais baixos índices de acesso aos mínimos sociais, cuja realidade reforça a imagem negativamente estereotipada e racista que se estruturou no país como meio de opressão. (SILVA, 2020)

Conseqüentemente, o racismo estrutural refletido na dificuldade de concessão de direitos e acesso às políticas públicas vividos pela população negra até os dias atuais impactam diretamente na sua inserção no sistema educacional. Como aponta Sobrinho (2020), as oportunidades na melhoria de vida dos negros se tornaram um grande desafio para a educação, em um sistema que pôs à margem essa população durante séculos, através do preconceito e da discriminação e pela falta de acesso a uma educação de qualidade e gratuita, tendendo-se a uma agudização da precarização das condições de vida, intensificando o desemprego, a violência, a pobreza e as condições de trabalho cada vez mais informais e sem garantias e perspectivas.

Assim, o racismo estrutural se caracteriza como resultado concreto do processo histórico e político do Brasil, agregando subjetividade aos indivíduos para manutenção da ideologia dominante, sendo capaz de naturalizar a concessão de privilégios a pessoas brancas e a discriminação e violência contra pessoas negras, em todas as dimensões da sociedade. Por outro lado, cabe ressaltar que a população negra sempre apresentou resistência e luta face a essa negação de direitos, exclusão e discriminações sofridas, reinventando-se ao longo da história e fortalecendo o movimento negro no país, para que seus direitos fossem conquistados e legalmente reconhecidos.

Neste sentido, a população negra sempre lutou para construir cada conquista alcançada no campo da educação e, até os dias atuais, lutam para que tenham o direito de, através da educação, perpetuar as suas tradições, ideais e valores. Desta forma, destacaremos, no próximo tópico, como a resistência negra já se manifestava desde os tempos de cativo, em meio às fugas para os quilombos e o quanto, dentre a população negra, a quilombola acumula dificuldades e demandas específicas em relação à educação, cujas barreiras de interdição escolar

historicamente enfrentadas, somam-se ao fato das condições de descaso às áreas rurais em que se situam a maioria das comunidades quilombolas.

3 HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Ante o exposto no tópico anterior, entendemos que o direito à educação escolar da população negra nem sempre existiu, todavia, diante dessa realidade, ergueu-se uma luta quilombola por uma educação de qualidade, que preserve sua cultura e que respeite seus aspectos históricos. Portanto, neste ponto vamos observar que as raízes na luta pela escolarização vão além do âmbito educacional, ou seja, para compreendermos a conquista pelo direito à educação escolar quilombola, torna-se necessário conhecermos todo o processo histórico de luta e resistência dos quilombos e das comunidades quilombolas. Também é extremamente relevante trazermos em pauta que todas as lutas reivindicatórias por reconhecimento da cidadania e constituição de direitos específicos destinados a essas comunidades foram fortalecidas, principalmente, pelo movimento negro no país.

3.1 Quilombos: luta e resistência

O sistema escravocrata no Brasil perdurou por cerca de quatrocentos anos, através de uma grande massa de pessoas que foram forçadas a uma diáspora e escravizadas, oriundas de vários povos africanos, sendo redistribuídos em todas as regiões do país segundo os interesses das economias regionais e subordinação dos interesses do mercado externo. Durante todo o período escravocrata e mesmo após abolição, o trabalho escravo foi responsável por modelar as bases econômicas da sociedade brasileira, resultando nas contradições e conflitos entre classe opressora dominante e a classe oprimida dos escravizados. Conseqüentemente, a partir dessa estratégia de dominação e opressão, a classe dominante difundiu em toda sociedade o ideal de que a mulheres e homens negros eram inferiores e, por isso, eram suscetíveis de serem escravizados. Entretanto, desde esse período de escravidão, a população negra persiste em lutas para defenderem sua sobrevivência e esperança de libertação das amarras da opressão, das torturas e das condições desumanas que eram forçados a viver. Para isso sempre recorreram a diversas formas de resistência, como as insurreições urbanas, as guerrilhas e os quilombos (MOURA, 1993).

Segundo Gomes (2015), os(as) escravizados(as) encontraram nas insurreições, rebeliões, assassinatos e fugas formas de protestarem contra tanta dor e exploração a que eram submetidos. No Brasil, as fugas resultavam na formação de assentamentos nas áreas das matas, em busca de viverem em liberdade. Nesses assentamentos os(as) escravizados(as) tentavam formar alianças com outros escravizados ou lavradores das fazendas para se protegerem, procuravam também estabelecer estrutura econômica e social próprias, formando, assim, comunidades, que ficaram conhecidas primeiramente como mocambos e, posteriormente, no século XVII, passaram a se chamar quilombos, ambos os termos oriundos da África Central e em geral significavam acampamentos improvisados.

Desta feita, os quilombos, *a priori*, eram tidos como ajuntamentos de habitação dos escravizados(as) que fugiam das senzalas e significavam a rebeldia contra o sistema que os escravizava. Não havia um padrão para os quilombos, eram constituídos de diversas formas no meio das matas e montanhas distantes das

senzalas, quando os escravizados(as) fugidos não eram recapturados de volta por seus senhores, alguns quilombos conseguiam se solidificar e se desenvolver como unidade básica de resistência na afirmação da luta por independência contra o escravismo. Por outro lado, haviam as tentativas de constituição de quilombos que resultavam em elemento de crise entre os próprios escravizados(as), pois não conseguiam se desenvolver a ponto de superar a ordem societária escravista. Alguns destes participantes passavam a roubar e causar desordens nas estradas e fazendas, aumentando a fúria dos senhores fazendeiros nas providencias tomadas contra os quilombos, os que eram recapturados sofriam as piores atrocidades como sentença, seja como prisioneiros, eram marcados na testa com brasa quente a letra F (de fugitivos), ou açoitados até a morte em público (MOURA, 1993).

Assim, quanto mais as notícias sobre o surgimento de quilombos se espalhavam, mais as fugas atraíam, diminuindo a força de trabalho disponível para a exploração, conseqüentemente, aumentando a preocupação que se manifestava em forma de repressão por parte dos senhores e fazendeiros contra a população escravizada. Porém, essas medidas de repressão nunca impediram que os escravizados(as) continuassem fugindo e construindo novos quilombos, proporcionando grande inquietação e formação de movimentos intencionados à mudança social. Organizavam um sistema de defesa, incluindo armas e formação de alianças com outros grupos sociais oprimidos, para que conseguissem meios de se manter e se desenvolver e, assim, poder lutar para combater a repressão militar, ideológica e política do aparato Estatal. Além disso, internamente nos quilombos os escravizados(as) podiam desenvolver sua cultura, cada membro possuía uma atividade específica e havia um dirigente específico que comandava a organização dos demais, onde trabalhavam de acordo com sua capacidade, seja na produção de artesanatos, na metalurgia, tecelagem ou agricultura, organizavam as atividades para manterem a alimentação e um sistema de economia interno, na maioria das vezes baseado em trocas econômicas com outros setores da população, incluindo taberneiros, lavradores, faiscadores, garimpeiros, pescadores, roceiros, camponeses, entre outros. Embora essas trocas, muitas vezes, fossem acompanhadas de conflitos, significaram experiências que conseguiam abranger toda a sociedade escravista, tanto escravizados(as), como os livres que os reprimiam, ou aqueles que acobertavam os quilombolas e suas práticas (GOMES, 2015).

Para Moura (1993), o Quilombo dos Palmares, construído na zona da mata do atual estado de Alagoas, foi considerado o maior exemplo de rebeldia e manifestação contra a escravidão no Brasil, teve sua duração ativa por quase cem anos e conseguiu desestruturar a escravidão em sua região. Sob o comando de Zumbi dos Palmares, seu crescimento se deu não só por causa dos escravizados(as) fugidos, mas também em decorrência dos nascimentos que ocorreram já no quilombo, além de receberem índios e demais pessoas independentes de sua etnia, que se sentissem oprimidas pelo sistema escravocrata, chegando a formar uma população de quase vinte e cinco mil pessoas. Possuíam cultura e direitos próprios, o sustento das famílias se baseava na caça, pesca e agricultura, um sistema econômico que confrontava o sistema da sociedade no período, pois colocava em xeque como o trabalho cooperativo e comunitário conseguia se sobressair no modelo de sistema econômico escravista da época. Organizaram-se também militarmente, formando um exército para defender o quilombo. Embora tenha tido sua destruição covardemente através de um massacre a seus habitantes, nada pode apagar historicamente a importância social, política e

cultural que representou o Quilombos dos Palmares na resistência e luta em favor da abolição do sistema escravista.

O número de negros(as) que fugiam para se livrarem do trabalho escravo aumentava cada vez mais, os quilombos se espalharam por todas as regiões do país, aliando-se a outros povos e movimentos que lutavam contra o controle da classe senhorial. Assim, desde o século XVI, os quilombos possuem grande representatividade na luta e resistência dos escravizados(as) impulsionando a mudança social, fazendo com que classe dominante tivesse um temor cada vez maior, sobretudo porque, à medida que cada escravizado(a) fosse se rebelando e os quilombos se expandindo por todas as regiões, mostravam um verdadeiro exemplo de uma sociedade formada de homens livres. Imbuídos nessa luta, mesmo após a Abolição da Escravidão, em 1888, as comunidades quilombolas tomam proporções importantes na batalha por conquistas de direitos, aliam-se ao movimento negro no país passando a pressionar cada vez mais o Estado. Todavia, somente após a Constituição de 1988 vamos começar a ter a construção de um aparato legal que contemple as comunidades quilombolas no país.

3.2 Ressemantização das Comunidades Quilombolas

Em 1888, com o fim do sistema escravista no Brasil, os quilombos continuaram existindo e se estendendo por todas as regiões, porém, a invisibilidade e estigmatização imposta socialmente pela classe dominante resultou na falta de políticas públicas que contemplassem as necessidades de sobrevivência das comunidades quilombolas. Não eram reconhecidos nem nos recenseamentos populacionais e censos do país, construindo uma ideologia de isolamento dessas comunidades pela falta de comunicação, transporte, educação, saúde, políticas públicas e outras formas de cidadania. Ao longo do século XX, passaram a sofrer investidas de destruição dos setores agrários hegemônicos, que visavam aumentar as formas econômicas exclusivas de acesso à terra, investindo sistematicamente contra territórios e manejo de recursos hídricos das populações rurais, indígenas, negras e ribeirinhas. Contudo, a pauta da identidade negra passou a ser discutida socialmente e, a partir dos anos 1960, o movimento negro do país começou a se apropriar das comunidades quilombolas como representação política de luta contra a discriminação racial, a valorização da cultura negra no país e a ideia de resistência contra a opressão. Nos anos 80, os quilombos representaram nos discursos políticos do movimento, tanto na resistência cultural como na resistência contra a ditadura, as comunidades se organizavam cada vez mais nas reivindicações de seus direitos sobre as terras que ocupavam e por políticas públicas (GOMES, 2015).

Somente com a Constituição de 1988, após cem anos da Abolição da Escravização, é que se começa o processo de reconhecimento da cidadania, inclusão e institucionalização de direitos sociais das comunidades quilombolas no Brasil. O termo *remanescente de quilombos* foi oficializado com art. 68 o dos ADCT (Atos das Disposições Constitucionais Transitórias), que promulga “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os respectivos títulos”, garantindo automaticamente o direito possessório das terras ocupadas e herdadas de seus antepassados. No art. 216, §5, da Constituição, instituiu-se o tombamento de documentos e sítios detentores de remanescentes de antigos quilombos, determinando, assim, que os “remanescentes de quilombos” sejam reconhecidos como patrimônio cultural da nação. Há também os artigos

constitucionais que fundamentam a aplicação dos direitos quilombolas, como é o caso dos Artigos 215º e 216º, Seção II7, que tratam da dimensão cultural das comunidades quilombolas e do direito à preservação de sua própria cultura. Ou seja, com a Constituição, o reconhecimento da definição de remanescente de quilombos para as comunidades operacionalizou o reconhecimento dos direitos sobre a posse da terra, a cidadania, a inclusão e a institucionalização de direitos sociais das comunidades quilombolas no Brasil (BRASIL, 2008).

Nos anos 2000, impulsionado pelo marco legal que significou a Constituição de 88, pelos Movimentos Sociais e pelas Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil, houve uma pressão maior ao Poder Público por mudanças, que começou a instituir, de forma lenta e insatisfatória, alguns Projetos, Decretos, Legislações e Programas que visam atender às especificidades das Comunidades Quilombolas, como o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, apontando que “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida”. Acrescenta que essas terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos devem ser utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

O Programa Brasil Quilombola, criado em 2004, passou a coordenar as ações governamentais referentes às comunidades quilombolas no país, fazendo as articulações necessárias com os demais órgãos federativos, com o intuito de descentralizar e agilizar as respostas do Governo para as comunidades. Nesse contexto, governos municipais se responsabilizaram, em última instância, pela execução da política em cada localidade. As ações inseridas no Programa possuem quatro eixos: regularização fundiária, infraestrutura e serviços, desenvolvimento econômico e social, controle e participação social. Os Projetos desenvolvidos a partir desses eixos são compatíveis com os recursos de cada órgão governamental, constantes na Lei Orçamentária do Plano Plurianual, na qual estão previstas ainda as responsabilidades de cada órgão e prazos de execução. Sendo em 2007 aprovado o Decreto 6.261, que dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa (BRASIL, 2008).

Desta feita, embora saibamos que existem entraves judiciais e governamentais, que muitas vezes são impostos na tentativa de subtrair a garantia de execução das políticas públicas destinadas às Comunidades Quilombolas, todo o aparato legal que se construiu ao longo dos últimos anos legitimam séculos de luta e resistência da população negra no país, por isso, essas políticas devem sempre ser trazidas em pauta na sociedade, visando que o seu cumprimento seja garantido. Nesse contexto, abordaremos no próximo tópico, com mais ênfase, sobre a Política da Educação Quilombola, sancionada pela Lei 10.639/2003, que visa o fortalecimento do ensino e aprendizagem de crianças, jovens e adultos quilombolas.

3.3 Direito à Educação Escolar nas Comunidades Quilombolas

Diante de todo o processo histórico apresentado anteriormente, entendemos que os direitos das Comunidades Quilombolas foram conquistados através das reivindicações sociais, principalmente dos movimentos negros nacionais e internacionais, em relação à luta pela educação escolar, onde fortaleceram como pauta a implantação de ações afirmativas, em especial na educação básica, no

ensino superior e no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, alguns marcos legais se destacam, como a criação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que fixou o dobro do valor regular por aluno quilombola, destinado à merenda escolar, e a Resolução de Nº8, que em 20 de novembro de 2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na educação básica.

A Lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira na educação básica, objetivando a ampliação e qualificação da oferta de educação contemplando as especificidades da história, vivência, tradições e cultura próprios da população negra e a inserção no mundo do trabalho. A Conferência Nacional de Educação (CONAE), ocorrida em 2010, incluiu a discussão sobre o direito à educação das comunidades quilombolas. Como fruto dessa discussão, o Parecer CNE/CEB 07/2010 e a Resolução CNE/CEB 04/2010 instituíram as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica, incluem a educação escolar quilombola como modalidade da educação básica. Desta forma, somente em 2012 foram dispostas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, por meio da Resolução Nº 08/ 2012 do Conselho Nacional de Educação. Na sequência, em 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação (2014-2024), que prevê políticas específicas destinadas às comunidades quilombolas, entre as ações específicas estão a universalização da alfabetização para crianças, jovens e adultos, a distribuição de material didático com conteúdos relacionados à história e à cultura africana e afro-brasileira, capacitação de professores, melhoria das instalações escolares e oferta de Educação fundamental em áreas de remanescentes de quilombos, tendo professores e administração dispostos a conhecer física e culturalmente a comunidade para trabalharem de acordo com suas especificidades, além do incentivo a ações educativas de combate ao racismo e às discriminações (BRASIL, 2013).

Todo esse aparato legal é importante, pois representa uma conquista para garantir o espaço dos povos quilombolas no sistema educacional brasileiro após séculos de exclusão, no entanto, a letra da Lei por si só não é suficiente para a garantia desse direito nas comunidades. Pois, embora muitas ações já tenham sido feitas para a garantia desse direito, ainda se observa pouca abrangência e eficácia. Consequentemente, muitas comunidades ainda não têm o devido acesso à Educação e permanecem em grandes números na escala de analfabetismo do país. (MONTEIRO; VOLSI, 2018)

Nesse sentido, as lutas reivindicatórias para que a população quilombola tenha garantido o direito à educação, sendo ofertado em suas próprias comunidades com fundamentos culturais próprios em conjunto com suas especificidades históricas, devem ser fortalecidas constantemente, entre todos os movimentos sociais e categorias profissionais. Desta feita, no próximo tópico discutiremos possíveis contribuições do Serviço Social para que o direito à Educação Quilombola seja efetivado.

4 SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

No âmbito do Serviço Social, considera-se que sua presença, no campo da Educação, impõe a tarefa de construir uma intervenção qualificada, o que exige compreender a Educação como uma política que se materializa a partir do papel social que a Escola exerce na sociedade (CFESS, 2001). Nessa perspectiva, diante

da histórica luta das Comunidades Quilombolas pelo direito à Educação, constitui-se um desafio aos assistentes sociais discutir essa questão juntamente ao papel social que a Escola exerce no contexto atual, no qual esse segmento da população ainda tem sua inserção e permanência escolar, de modo a ter suas particularidades atendidas, frequentemente negadas. Nesse sentido, este tópico visa explicitar, primeiramente, qual a concepção de educação legitimada pela categoria profissional do Serviço Social, que orienta a atuação de Assistente Sociais na Política de Educação do Brasil, para, posteriormente, abordarmos como as particularidades da atuação do(a) assistente social na referida política pública contribuem para o fortalecimento da luta pela educação como um direito social e como prática emancipatória, que atenda às especificidades das comunidades quilombolas.

4.1 Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação

O Serviço Social se constitui na divisão social e técnica do trabalho, surgindo como profissão no capitalismo monopolista, generalizando-se historicamente em sua relação com o enfrentamento das expressões da questão social, muito embora, em sua gênese, o Serviço Social tenha sido submetido a práticas convencionais e conservadoras, orientadas pela perspectiva sistêmica funcional do capital. Entretanto, nas últimas quatro décadas, a profissão passa por processos de rupturas com as suas origens vinculadas ao conservadorismo da hegemonia dominante, expressando o contínuo amadurecimento através do acúmulo teórico e debates críticos da categoria, que resultaram na direção teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da profissão, expressas no último Projeto Ético Político, nas quais se defende a intervenção profissional ancorada nos princípios da liberdade, equidade, compromisso com as lutas da classe trabalhadora, socialização da riqueza, recusa a todas as formas de discriminação e defesa intransigente dos direitos sociais (BOSCHETTI, 2017).

Nessa perspectiva, o Serviço Social vem se expandindo para diversos espaços sócio-ocupacionais que possuem demandas oriundas das expressões da questão social, cuja atuação se faz necessária, seja por meio das políticas sociais e materialização de direitos como saúde, educação, previdência social, assistência social, moradia, lazer, trabalho, ou na articulação com movimentos sociais da classe trabalhadora, em sua luta pela conquista de direitos e de melhores condições de vida.

No campo educacional brasileiro, há relatos históricos da atuação de Assistentes Sociais desde a década de 1940. Todavia, nesse período, o Serviço Social foi implantado como assistência escolar, vinculado à subordinação ideológica do Estado, com intuito de legitimar a ordem vigente, através de uma atuação voltada a identificar situações escolares consideradas desvios, defeitos ou anormalidades sociais, que repercutissem no aproveitamento do aluno e, através dessa identificação, promoviam ações que permitissem ajustar os alunos ao equilíbrio social da comunidade escolar, de acordo com o que a classe Burguesa e Igreja acreditavam ser os padrões corretos para a funcionalidade do estado (PIANA, 2009).

Somente na década de 1980 e vinculado ao Movimento de Reconceituação, o Serviço Social fundamentado na perspectiva crítica e política da profissão, afirmando seu compromisso com a classe trabalhadora, inicia discussões sobre a atuação de Assistentes Sociais no campo educacional, sob a ótica de uma concepção diferente da ordem social conservadora tradicional. A partir dos anos de 1990, o amadurecimento e consolidação do Serviço Social, de acordo com o Projeto Ético

Político e aparato legal da profissão, impulsionou definitivamente a mudança da atuação no campo da política educacional, resultando numa atuação que defende a Educação na perspectiva da emancipação humana dos sujeitos, voltada para o desenvolvimento dos indivíduos enquanto sujeitos sociais de direitos (CFESS, 2011).

Com isso, nas últimas décadas, o Serviço Social tem sido reconhecido como profissão fundamental no processo de execução da política educacional, pois, como afirma Piana (2009), tem-se hoje um amplo conjunto de mudanças acontecendo no sistema educacional brasileiro, desde a educação inicial até a educação superior. É nesse vasto e complexo campo de atuação que o Serviço Social tem redefinido sua intervenção, de modo que suas ações consistem em identificar e propor alternativas de enfrentamento aos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais que interferem no sistema educacional, de forma a cooperar com a efetivação da educação como um direito para a conquista da cidadania.

Segundo os *Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política Educação* (2011), na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano. Nesse sentido, ao considerar a liberdade como valor ético central, a diversidade humana como elemento ontológico do ser social e a emancipação como finalidade teleológica do projeto profissional, torna-se fundamental que, no âmbito das atribuições e competências profissionais, seja vedada a conduta que reproduz censura e policiamento dos comportamentos, inculcando dominação ideológica e alienação moral. Para isso se concretizar, é necessário que o/a Assistente Social tenha clareza de suas prerrogativas exclusivas, que lhe configuram identidade e funções privativas, previstas tanto na Lei de Regulamentação da Profissão, como no Código de Ética, pois são instrumentos legais que assumem, para além do papel jurídico, uma dimensão política que orienta a defesa da profissão, a qualidade dos serviços prestados à população usuária e a aliança com a classe trabalhadora na construção de uma outra sociedade.

Conforme abordado, o espaço do Serviço Social no cenário educacional vem sendo gradativamente conquistado. No decorrer dos últimos anos, vários debates e lutas se intensificaram para que o Projeto de Lei nº 3.688/2000 fosse aprovado e a Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, fosse sancionada. Assim, compreendemos que a profissão tem lutado, historicamente, para garantir a ampliação de sua atuação no campo educacional, através de assessorias na elaboração e implementação das políticas sociais, nos projetos educacionais de extensão à comunidade, nos conselhos escolares e municipais de educação, nas equipes de formação e orientação aos profissionais da educação, dentre outros.

Isto posto, é necessário compreendermos também que os limites e possibilidades de atuação do Serviço Social na Educação são desenvolvidos mediante desafios impostos pelo sistema capitalista, atualmente impactado pelo ultraneoliberalismo, que sucateia cada vez mais as políticas sociais, tornando-se um cenário adverso para Assistentes Sociais na perspectiva de uma atuação na garantia do direito de uma educação pública, laica e de qualidade. Entretanto, a partir dos avanços ocorridos na atuação de Assistentes Sociais, incluindo no campo da educação básica, torna-se evidente que é importante e fundamental a intervenção desses profissionais na política educacional. Em vista disso, no próximo

tópico iremos abordar como a atuação do(a) assistente social na referida política pública pode contribuir na luta pela efetivação da Educação Escolar Quilombola.

4.2 Contribuições do Serviço Social para a Educação Escolar Quilombola

Mediante o exposto até aqui, observamos que tanto a trajetória do Serviço Social, como a política de Educação, foram desenvolvidas mediante os embates e tensões entre ordem societária capitalista e a classe trabalhadora. Nesse contexto, o sistema educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais foram e são reproduzidas a partir de processos exclusão, restrição e expulsão de grupos tradicionalmente discriminados, a destacar a população negra do país, sendo apenas nas últimas décadas, através de inúmeras lutas reivindicatórias destes grupos, que o poder público começa a buscar alternativas de inclusão.

Diante disso, o centro da atuação do Serviço Social na política de Educação é a defesa da garantia do acesso a uma educação escolarizada de qualidade, a partir dos princípios do nosso Projeto Ético Político Profissional, em favor da equidade e justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços, bem como sua gestão democrática. Conforme enfatiza CFESS (2011), uma educação de qualidade, compreendida como uma densa formação intelectual, com domínio de habilidades cognitivas e conteúdos formativos, englobando também a produção e disseminação de um conjunto de valores e práticas sociais alicerçadas no respeito à diversidade humana e aos direitos humanos, na livre orientação e expressão sexual, na livre identidade de gênero, de cunho não sexista, não racista e não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica, fundamentais à autonomia dos sujeitos singulares e coletivos e ao processo de emancipação humana.

No que tange às possíveis contribuições para a Educação Escolar Quilombola, as(os) profissionais de Serviço Social são convocadas(os) a intervir na defesa para a garantia de acesso a essa educação em suas próprias comunidades. À luz das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, o(a) Assistente Social está habilitado(a) a contribuir para que essa educação seja ofertada de modo a fazer dela um instrumento para a construção da cidadania, cujo alicerce é a efetivação de direitos historicamente reivindicados pelos atores sociais nelas inseridos.

Desta feita, o(a) Assistente Social é um importante articulador estratégico no atendimento aos alunos, suas famílias e toda a comunidade escolar, por um conjunto de ações integradas que podem contribuir para promover a melhoria no desempenho escolar e realidade de vida dos alunos(as) e suas famílias. Nessa perspectiva, a atuação do(a) Assistente Social deve facilitar o acesso aos serviços socioassistenciais, por meio das orientações, inserção e atendimento em programas, sejam da própria política de educação, ou sejam em articulação com os demais setores de políticas públicas que compõem a rede de atendimento às comunidades quilombolas.

Nesse seguimento, cabe ressaltar a importância da realização de estudos socioeconômicos, sendo a maneira mais eficaz da gestão pública conhecer a realidade dessas comunidades e para inseri as(os) quilombolas em programas assistenciais, a exemplo de indicar, no campo específico do Formulário Principal do Cadastro Único, o pertencimento à comunidade quilombola, conforme *Guia de cadastramento de famílias Quilombolas* (2011), pois a identificação adequada dessas famílias possibilita sua seleção para programas sociais, como, por exemplo, o benefício de transferência de renda Bolsa Família, entre outros os quais esse

grupo tem direito, além de colaborar para que outras políticas e programas sejam elaborados para esse segmento social específico.

Assim como, através do estudo da realidade dessas comunidades, será possível obter o conhecimento das demandas específicas enfrentadas por essa população, a exemplo das doenças que acometem majoritariamente a população negra e, conseqüentemente, podem ser demandas recorrentes nas escolas. Desse modo, o(a) Assistente Social pode atuar na realização do estudo da realidade dessas comunidades, permitindo a identificação dessas problemáticas específicas, e poderá intervir nessas demandas através de encaminhamentos aos serviços de saúde. Além disso, poderá fortalecer, em conjunto com outros profissionais e com os movimentos sociais, a mobilização da comunidade, para que sejam desenvolvidas ações de promoção e educação em saúde que articulem tanto a valorização dos conhecimentos medicinais tradicionais dessa população, quanto o cumprimento do que preconiza a *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra* (2017).

Outrossim, todo o processo sócio-histórico de invisibilidade, exclusão, e escassez da proteção social dos territórios quilombolas, resultou em condições mais agudas de vulnerabilidade social enfrentadas até hoje por essa população, problemática que incide no desenvolvimento e/ou defasagem escolar do alunado nessas comunidades. Questões, como a insegurança alimentar, são dos problemas de maior evidência vivenciados pelos estudantes quilombolas, no entanto, visando o enfrentamento dessa problemática, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da Lei nº 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 26/2013, define que escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos devem receber recurso financeiro per capita diferenciado, compra prioritária da agricultura familiar local e cardápio da alimentação escolar focado nas necessidades nutricionais e valorização do costume alimentar desta população. Diante disso, para que o repasse dessa verba seja garantido, a atuação do(a) Assistente Social pode contribuir na orientação da gestão para que a escola seja cadastrada no Censo Escolar da PNAE, no campo que especifica a sua localização em área remanescente de quilombo.

Além disso, o(a) Assistente Social é competente para atuar no reconhecimento e fortalecimento dos espaços de reformulação e construção coletiva em que, junto com outros profissionais, sejam capazes de elaborar estratégias políticas e técnicas que promovam a valorização de sua história, dos laços de identidade específicos dessas comunidades e combatam o racismo, o preconceito e a discriminação. Contribuindo, assim, na garantia da qualidade dos serviços escolares e sociais prestados, no fortalecimento da gestão democrática e participativa da escola, na garantia de permanência dos alunos na escola, na qualidade do ensino e na perspectiva de impulsionar a cada indivíduo a possibilidade modificar e/ou melhorar a sua realidade. Assim, ressalta-se a função social educativa e pedagógica do Serviço Social, no sentido de analisar a realidade com todas as suas diversidades e socializar as informações, contribuindo com a mobilização social da população quilombola, em busca da conquista dos seus direitos.

Nessa perspectiva, cabe destacar que as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola* (2012), preconizam a construção de um projeto político-pedagógico que expresse as especificidades históricas, sociais, culturais, econômicas e étnico-raciais da comunidade quilombola na qual a escola se insere, ou é atendida por ela. Deverá ainda tematizar, de forma profunda e conceitualmente competente, as questões do racismo, os conflitos em relação à terra, a importância do território, a cultura, o trabalho, a memória e a oralidade. Desta feita, a atuação do(a) Assistente Social contribuirá na elaboração do

diagnóstico da realidade que expresse as características da comunidade, mobilizando e envolvendo as famílias quilombolas e as diversas organizações existentes no território, para que elas sejam protagonistas dessa construção, identificando o que elas pensam sobre educação, como a educação pode influenciar no seu modo de existir, sobretudo, valorizando a sabedoria dos anciãos, dos saberes da terra, os saberes aprendidos no trabalho e a ancestralidade construída nessas comunidades.

Ainda segundo o documento das Diretrizes (BRASIL, 2012), a gestão escolar, também deve considerar os aspectos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos do universo sociocultural quilombola, articulando as suas formas de produção de conhecimento, através de metodologias de aprendizagem adequadas às realidades socioculturais das comunidades. Nesse processo, as práticas de gestão deverão ser realizadas em diálogo com a coordenação pedagógica, as comunidades quilombolas e suas lideranças em âmbitos nacional, estadual e local. Posto isso, um exemplo da contribuição do(a) Assistente Social seria no fomento de um mapeamento da diversidade sociocultural e religiosa existente na comunidade, mobilizando a participação da população e das lideranças quilombolas, em especial dos anciões, na construção dos Projetos Político-Pedagógicos escolares, fortalecendo o reconhecimento de que esses sujeitos constroem e são frequentemente os guardiões dos conhecimentos tradicionais, para, em conjunto com os gestores, construir ações de valorização e respeito, objetivando superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, quer sejam religiões de matriz africana ou não.

Além disso, as comunidades quilombolas e suas lideranças têm reivindicado, historicamente, o direito à participação na produção de material didático e de apoio pedagógico específicos para a sua educação escolar, um material que aborde a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, que corrija as distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afrodescendentes. De acordo com Brasil (2012), o Ministério da Educação já produz algum material específico e envia às escolas, porém, há uma série de problemáticas. Muitas vezes, há o desconhecimento da gestão do sistema de ensino sobre escolas quilombolas em seu território, ou, por questões pessoais e/ou político-partidárias, omite-se de fazer chegar a essas escolas o material enviado pelo MEC. Outras vezes, quando é devidamente direcionado às escolas quilombolas, falta a qualificação dos gestores e docentes para o uso devido desse material didático-pedagógico. Neste caso, o(a) Assistente Social pode colaborar na mobilização para criação de ações formativas do corpo docente para a produção e o uso de material didático-pedagógico, em parceria com os quilombolas e de acordo com o contexto sociocultural de cada comunidade. Assim como, estimular ações que incentivem a formação continuada do corpo docente, por meio da oferta de oficinas, cursos de atualização, extensão, pesquisas, aperfeiçoamento e especialização, em parceria com universidade, grupos de estudos e movimentos sociais.

Portanto, observamos a importância da presença do Serviço Social no espaço educacional quilombola, pois suas ações e contribuições interventivas ampliam a viabilização da proteção social, assim como, desenvolvem um trabalho na perspectiva de viabilização de uma educação pública de qualidade, que respeite as suas especificidades, voltada para a construção de indivíduos críticos e capazes de entender sua posição de importância dentro da sociedade e sua liberdade de questioná-la e modificá-la. Todavia, este é um tema que necessita ser mais amplamente discutido pela categoria, buscando minimizar a lacuna sobre o tema no

Serviço Social, além de possibilitar o fortalecimento de um conhecimento que pode subsidiar o planejamento e implementação de ações sociais direcionadas à materialização da Educação Quilombola.

Ademais, é necessário o contínuo engajamento na luta pela efetivação da Educação Escolar Quilombola, pois, embora esteja prevista em lei, poucas comunidades desfrutam desse direito. Os desafios são muitos para que a Lei nº 10.639/03 e, especialmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Escolar Quilombola não se transformem em legislações exauridas no nosso sistema jurídico. Por isso, é essencial que o Serviço Social, em seu compromisso de viabilizar direitos sociais, intervindo nas expressões da questão social, possa reforçar que essa pauta seja discutida constantemente na nossa sociedade, somando forças ao movimento de luta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão social da Educação na lógica da ordem societária capitalista é incorporada como instrumento de interiorização ideológica, fazendo com que os indivíduos aceitem, naturalizem e reproduzam os valores que legitimam e dão continuidade aos determinantes estruturais impostos pelos interesses dominantes do capitalismo. Nesse sentido, à medida que ocorrem as transformações sociais, econômicas e políticas, o sistema educacional vai se moldando, buscando responder às necessidades impostas pelos interesses de controle social do capital.

Desta feita, a Educação institucionalizada no Brasil, desde a sua gênese, possui função social marcada por contradições, projetos e lutas societárias inteiramente ligados na relação de desigualdade social estabelecida entre a classe dominante do capital e a classe explorada através da venda de sua força de trabalho, resultando em um processo de separação, discriminação e exclusão que pôs, por muito tempo, a população negra, fora do sistema educacional. Consequentemente, impactando diretamente na inserção acentuada dessa população nos mais baixos índices de acesso aos mínimos sociais, na precarização das condições de vida, intensificando os altos níveis de analfabetismo, de desemprego, violência, pobreza e as condições de trabalho cada vez mais informais e sem garantias e perspectivas, que persiste até hoje.

Entretanto, a população negra sempre apresentou resistência e luta face a essa negação de direitos, exclusão e discriminações sofridas, reinventando-se ao longo da história, fortalecendo o movimento negro no país para que seus direitos fossem conquistados e legalmente reconhecidos. As comunidades quilombolas, por sua vez, são uma das formas de resistência e luta negra, tendo visibilidade nas políticas públicas apenas após a Constituição de 1988, quando o direito de reconhecimento e titulação de terras lhes foram assegurados. Historicamente, ergueram inúmeras outras lutas por garantias de políticas sociais em suas comunidades, incluindo a luta pela garantia de direito a uma educação escolar de qualidade que preserve sua cultura, respeite seus aspectos históricos e seja ofertada em suas próprias comunidades.

Diante disso, para que a população quilombola tenha garantido esse direito de ter a educação escolar de acordo com as suas especificidades em suas comunidades, é necessário que essa pauta seja constantemente discutida e reivindicada entre todos os movimentos sociais e categorias profissionais. Por isso, enfatizamos a importância do Serviço Social em seu compromisso na garantia de acesso a uma educação escolarizada de qualidade, a partir dos princípios do nosso

Projeto Ético Político Profissional em favor da equidade e justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços, bem como sua gestão democrática, para que possa, através de sua atuação, somar esforços na discussão dessa pauta na nossa sociedade, agregando forças ao movimento de luta, como forma de pressionar o poder público para que esta Lei seja executável.

Salientamos também que a luta pela efetivação do direito à Educação Escolar Quilombola necessita do empenho de toda sociedade, pois essa conquista faz parte do reconhecimento ao importante papel que a população negra teve na formação histórica do nosso país e que, por tantos séculos, foi violentada e silenciada. Ademais, é necessário que o Estado cumpra seu papel de concretização dos direitos igualitários a toda sociedade sem distinção de raça, assim, destacamos a importância da atuação do(a) Assistente Social, enquanto categoria profissional que defende a igualdade e o respeito à diversidade racial, para o enfrentamento ao racismo estrutural imposto socialmente por meio da omissão, violações de direitos e manutenção de privilégios da classe dominante.

Por fim, vale ressaltar que a presente pesquisa não se esgotou, pois este é um tema que necessita ser mais amplamente discutido pela categoria profissional do Serviço Social, a fim de possibilitar uma compreensão que possa subsidiar o planejamento e implementação de ações direcionadas a contribuir com a materialização da Educação Escolar Quilombola. Contudo, consideramos que este trabalho contribui para o conhecimento e o fortalecimento desta temática, por inserir o tema da educação escolar quilombola no amplo debate já existente acerca da atuação do assistente social na educação básica.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Danielle Virgínia Silva. Educação Anti-racista e as dificuldades para a implantação da lei 10.639/03 no município de Campina Grande-PB. *In: Educação nas trilhas da igualdade étnico-racial: História e cultura afro-brasileira em perspectiva*. Orgs. Alcione Ferreira da Silva, Ariosvalber de Souza Oliveira, José Benjamim Pereira Filho. Campina Grande: Eduepb, 2020. *E-book*.

ARANTES, Adlene Silva. Discursos sobre eugenia, higienismo e racialização nas escolas primárias pernambucanas (1918-1938). *In: FONSECA, Carlos Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo. A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2016. p. 363-394.

BOSCHETTI, Ivanete. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade [online]**. 2017, n. 128, pp. 54-71. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000100054&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 26 de abr. de 2021.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Conversão da Medida Provisória nº 455, de 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de cadastramento de famílias Quilombolas**. Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Parecer CNE/CEB 16/2012, homologação publicada no DOU 20/11/2012, Seção 1, p. 8.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde integral da População Negra**. Brasília, DF, 2017.

_____. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade. **História da Educação do negro e outras histórias**. Brasília, DF, 2005.

_____. Secretaria Especial para Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR). **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, DF, 2008.

_____. Secretaria Especial para Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR). **Plano Nacional de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2013.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, DF, 2001. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)>. Acesso em: 03 de maio 2021.

_____. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf> Acesso em: 03 de maio 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Claro Enigma, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Clovis. **Quilombos resistência ao escravismo**. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 1993.

MONTEIRO, Natália Gimenes; VOLSI, Maria Eunice França. Políticas Públicas para a Educação Quilombola. *In: XXIII SEMANA DE PEDAGOGIA-UEM; XI Encontro de Pesquisa em Educação; II Seminário de Integração Graduação e Pós-Graduação*, 2018, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2018. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/semanadepedagogia/2018/T05/05.20.pdf>>. Acesso em: 14 de abr. 2021.

PASSOS, Joana Célia dos. As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos. *In: Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho*. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 103-160, 2010. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>>. Acesso em: 22 de mar. 2021.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: Olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos Ribeiro. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 12ª edição. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 8ª edição. Petrópolis: Vozes 2006.

SANTOS, Maria janaína Silva. **Proteção Social e Território Quilombola na Paraíba: História de Luta e Resistência no Quilombo do Talhado**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, Larissa Maria do Nascimento da. **Desigualdade racial no Brasil: a reiteração do racismo estrutural na sociedade brasileira**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

TONET, Ivo. **Educação Contra o Capital**. 3.Ed. São Paulo: EDUFAL, 2016.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que em sua infinita misericórdia iluminou meu caminho, concedeu-se saúde e forças para percorrer minha trajetória acadêmica. A fé no Senhor foi meu combustível, mesmo nos momentos mais difíceis, não me deixando desistir do meu sonho de concluir minha graduação, e me fez ter a persistência necessária para realizar este trabalho.

À minha avó Bernadete Maria de Lourdes que, com tanto esforço e dedicação, lutou para cuidar de mim, ensinou-me lições essenciais que não vêm nos livros, ensinou-me valores de caráter, dignidade e honestidade. Seu colo brando de muita ternura sempre foi o melhor aconchego, transmitindo muita calma em todos os momentos da minha vida. Seu grande exemplo de garra, força e determinação serviram de alicerce para minhas realizações.

Aos meus familiares, em especial a Laninha que, na mais pura simplicidade, junto com minha avó, ensinou-me a ler e escrever minhas primeiras palavras. À Tia Clécia, a quem escrevi minha primeira cartinha na escola, que tanto me incentivou a persistir nos estudos. À minha prima Claudiene, que sempre me ouviu, aconselhou e orou pela minha vida, dando o apoio necessário para me manter motivada em todas as áreas da minha vida.

Aos meus amigos Elias, Jade, Kéllen e Ricarly, que compartilharam comigo a alegria de ingressar numa Universidade Pública e por todas as expressões de carinho. Cada momento de incentivo e afeto tornaram minha jornada mais leve.

Às minhas amigas e melhores companheiras de curso, Ana Carla, Camila e Júlia, que compartilharam comigo as dores e alegrias dessa desafiadora vida acadêmica. O apoio e cumplicidade envolvidas nas nossas trocas diárias na Universidade foram essenciais para me impulsionar nessa etapa da minha vida.

Ao meu namorado, Agenor Neto, que jamais me negou apoio, carinho e incentivo. Sempre muito atencioso e paciente, deu-me o suporte emocional necessário na construção desse trabalho, principalmente nos momentos de ansiedade e estresse, sempre me ajudou e me fazia crer que eu seria capaz de concluir com sucesso.

À minha Orientadora, Alcione Ferreira, pela disponibilidade, oportunidade e privilégio de ser sua orientanda. Suas valiosas contribuições foram essenciais durante meu processo formativo, bem como, na construção deste trabalho. Com uma competência extraordinária, direcionou-me brilhantemente para materializar meu desejo de pesquisa pela temática Quilombola dentro do campo profissional do Serviço Social. Seu jeito acolhedor e paciente ajudou a tornar o processo de escrita mais leve, impactando positivamente no resultado final deste trabalho.

A todo corpo docente do curso, que contribuíram no meu processo de construção do conhecimento. E aos meus colegas de classe, onde sempre buscávamos ajudar uns aos outros nas lutas diárias da Universidade.